



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 111/2010
Contatos: secretaria@isb.org.br

A VERDADE E O FUTURO DA NAÇÃO

Terça-feira, 26, da semana passada, o Rio reviveu a tradição dos grandes debates políticos públicos que o Teatro Casa Grande realizava nos anos setenta, em plena vigência do regime militar que limitava por todos os meios a liberdade de expressão. Foi o local qualificado por Tancredo Neves como "Território Livre da Democracia" no correr daqueles anos. E foi lá que o Fernando Lira, Ministro da Justiça escolhido por Tancredo e nomeado por Sarney, anunciou oficialmente o fim da censura no Brasil, o primeiro passo para a emersão da verdade no dizer de Paulo Vannuchi nessa terça-feira.

O evento foi promovido pelo Instituto Casa Grande e pela Associação Scholem Aleichem, a conhecida ASA, e consistiu numa exposição do Ministro Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, sobre a proposta da "Comissão da Verdade", seguida de participação da platéia. Teve o apoio irrestrito da OAB-RJ, cujo presidente, Wadih Damous, estava presente, e da histórica ABI, representada por Jesus Chediak. A OAB, aliás, lidera uma grande campanha pela abertura dos arquivos da repressão que conta com a participação voluntária de eminentes artistas brasileiros que aparecem em breves representações, falando em nome de desaparecidos notórios, que estão sendo veiculadas em inserções na televisão e nos cinemas.

Nas poucas palavras de minha apresentação, eu disse que, para mim, o ministro dos direitos humanos é mais importante que o ministro da fazenda ou do planejamento, já que o verdadeiro desenvolvimento de uma nação está muito menos ligado ao crescimento do PIB do que ao respeito aos direitos humanos dos seus cidadãos. E Paulo Vannuchi mostrou toda a dimensão do trabalho que seu ministério vem desenvolvendo e fundamentou de maneira absolutamente irretorquível a imprescindibilidade e a oportunidade, neste momento histórico, da criação da Comissão da Verdade. Foi cuidadoso, profundo e consistente na sua exposição, que não foi curta e muito menos cansativa.

Acho necessário ressaltar dois aspectos muito valiosos da extensa apresentação do Ministro. O primeiro está na afirmação categórica de que não há nenhum, nem o mais tênue laivo de revanchismo na instituição da Comissão. Porque o tempo de quatro décadas consumiu inteiramente este sentimento de raiva, de revanche e de exigência de punição. Não existe efetivamente tal sentimento na opinião do povo brasileiro, nem mesmo no coração dos parentes e amigos das vítimas da brutalidade. Estes, claro, não esquecem, não podem esquecer, e clamam, sim, pela verdade dos fatos e pelos restos dos corpos. Querem saber, mas não demandam mais a punição merecida. Nem mesmo a questão da invalidação da anistia, defendida pela OAB, teve motivação revanchista, mas fundou-se no conceito de uma ordem jurídica que não poderia anistiar nem deixar prescrever os crimes contra a Humanidade. Mas esta é uma questão eminentemente jurídica e, como tal, foi apreciada e resolvida pela instância máxima do nosso Judiciário, que é STF, que confirmou a validade da anistia.

Não tenho nada a comentar quanto ao acerto ou à legitimidade da decisão; muito menos competência para fazê-lo. Mas deixo escapar um comentário político, seguindo o meu vezo: mais uma vez os brasileiros mostraram a marca da conciliação que aparece nítida em toda a sua História. É o único país no mundo que fez sua independência, a abolição da escravatura, a república e a revolução burguesa sem derramar sangue. O Brasil tem a vocação da paz e da conciliação negociada politicamente; o Brasil é a potência da paz, é a nação da paz, e a paz é um valor humano, não menos importante que os direitos fundamentais. A conciliação, entretanto, não pressupõe nem exige a mentira; ao contrário, ela é tão mais sólida quanto mais sustentada na verdade.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 111/2010
Contatos: secretaria@isb.org.br

O outro aspecto a ressaltar, e muito bem salientado por Vannuchi, diz respeito ao futuro do Brasil, nosso país que ingressa numa nova fase incompatível com procedimentos aéticos oficializados. A consolidação de um novo projeto de nação, fundado na justiça e no estado de direito, exige, sim, a eliminação de qualquer resquício de práticas que agridem frontalmente os direitos do ser humano, como também a ocultação dessas práticas, mesmo quando protegidas por lei de anistia. A anistia votada pelo Congresso Nacional de maneira nenhuma compreendeu a indignidade da mentira oficial, como ainda querem alguns, a exemplo do General Leônidas Pires Gonçalves em entrevista lamentável.

A edificação de uma nação eticamente respeitável aos próprios olhos dos seus cidadãos clama pelo restabelecimento da verdade dos fatos daqueles anos infelizes, ainda que possa entender as motivações que moveram os chefes militares que encaravam a perseguição aos rebeldes da luta armada como uma ação de guerra interna. Todos nós que abominamos a guerra conhecemos o que ela acarreta em termos de suspensão de todas as regras da ética e do direito. É possível, então, compreender a mente dos guerreiros, embora não o seja aceitar a ação dos indivíduos executores da tortura e do assassinato, ainda que supostamente agindo por ordens superiores.

Acho que o Ministro foi muito feliz em salientar a consideração sobre a consciência ética da nação brasileira no futuro, da nação que se projeta com a afirmação não apenas econômico-social mas sobretudo moral, como potência da paz e do respeito aos direitos humanos, e com o propósito de banir da vida pública a corrupção e a mentira, especialmente esta mentira oficial que desacredita as instituições perante os próprios cidadãos.

A criação e a implementação da Comissão da Verdade tem tudo a ver com essa nova consciência nacional que se quer construir como base do projeto de desenvolvimento. Consciência que abrange os deveres referentes à dignidade de todos os cidadãos no seu sentido mais amplo. Difícil, sabemos todos, a partir do passivo pesado que a nossa história verdadeira registra, no econômico, no social, no jurídico e em todos os aspectos do cotidiano da vida. Difícil mas absolutamente necessário.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br